

Gestão 2024-2026

Procurador-Geral de Justiça
Romão Avila Milhan Junior
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa
Camila Augusta Calarge Doreto
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3188/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 5 a 27.6.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo; e tornar sem efeito a Portaria nº 2490/2024-PGJ, de 20.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3189/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 54ª Zona Eleitoral de 5 a 27.6.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo; e tornar sem efeito a Portaria nº 2781/2024-PGJ, de 7.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3177/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 3 a 9.8.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3178/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 15 a 19.7.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3258/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3479/2020-PGJ, de 30.10.2020, publicada no DOMP nº 2.319, de 3.11.2020.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3179/2024-PGJ, DE 19.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito de 15.7 a 16.8.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3281/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 5.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3283/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcelo Ely para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0033592-56.2022.8.12.0001, em trâmite na 3ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em 25.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3284/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0024249-41.2019.8.12.0001, em trâmite na 5ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em 25.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3285/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0919595-44.2023.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, em 25.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3265/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas 2 (dois) dias de folga compensatória em 2 e 3.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual realizadas em 2018 e 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3264/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas 1 (um) dia de folga compensatória em 1º.7.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2022, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3282/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº e-206/2024-PGJ, de 26.2.2024, que concedeu à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, que seriam usufruídos de 24 a 28.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça



PORTARIA Nº 3277/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2708/2024-PGJ, de 3.6.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá referente a junho de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE: 99603-9203)
19 (19h01min) a 26.6.2024 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro
26.6 (19h01min) a 3.7.2024 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro

- Passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE: 99603-9203)
19 (19h01min) a 26.6.2024 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
26.6 (19h01min) a 3.7.2024 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3273/2024-PGJ, DE 22.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6445/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão das Procuradorias de Justiça referente a 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS (CEL.: 98478-2122)
2 (19h01min) a 9.9.2024 (11h59min)	Sergio Luiz Morelli
23 (19h01min) a 30.9.2024 (11h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas

- passe a constar:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS (CEL.: 98478-2122)
2 (19h01min) a 9.9.2024 (11h59min)	Olavo Monteiro Mascarenhas
23 (19h01min) a 30.9.2024 (11h59min)	Sergio Luiz Morelli

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3280/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 10 a 12.6.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri; e tornar sem efeito a Portaria nº 2489/2024-PGJ, de 20.5.2024, que designou o Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3278/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Nova Alvorada do Sul em 13.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3274/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 18 e 25.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3272/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande em 25.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 3271/2024-PGJ, DE 21.6.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os autos do Inquérito Civil nº 06.2017.00001223-0, em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3255/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2374/2024-PGJ, de 14.5.2024, que concedeu à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo folga compensatória, de forma que, onde consta: “2 (dois) dias de folga compensatória em 27 e 28.6.2024”, passe a constar: “1 (um) dia de folga compensatória em 27.6.2024”.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3270/2024-PGJ, DE 21.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante os Autos nº 0003462-49.2023.8.12.0001, em trâmite na Vara da Auditoria Militar, em 18.6.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3246/2024-PGJ, DE 20.6.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar, e Fabiano Alves Davy, Analista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2024.00005083-6; e tornar sem efeito a Portaria 2500/2024-PGJ, de 21.5.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3142/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2645/2024-PGJ, de 28.5.2024, na parte que designou o servidor Reginaldo de Oliveira Vilanova para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Planejamento e Gestão, de forma que, onde consta: “em 16 e 20.5.2024 e 19 e 21.6.2024”, passe a constar: “em 16 e 20.5.2024 e de 19 a 21.6.2024”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3247/2024-PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 3.5.2024, a Portaria nº 5943/2022-PGJ, de 30.11.2022, que designou o servidor Paulo Henrique Siqueira de Rezende para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3248/2024-PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Thiago Falcão Ricartes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 3.6.2024, por 30 (trinta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3249/2024-PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pablo Ferelli de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 6 a 20.6.2024, em razão de afastamento do servidor Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3250/2024-PGJ, DE 20.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Luiz Fernando Barros Mansano, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Ivinhema, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Angélica, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 19 a 28.6.2024, em razão de afastamento da servidora Jéssica Lima Neto, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3153/2024-PGJ, DE 19.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

R E S O L V E :

Autorizar ao servidor Willian da Silva Costa, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 54ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e dentro das dependências do Ministério Público Estadual na comarca de Aparecida do Taboado, na modalidade de teletrabalho, de 13.6.2024 a 12.6.2025, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º; IV; 10 e 11 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00005266-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3174/2024-PGJ, DE 19.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Heitor Roberto Alcantes Wollmann, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 13ª Promotoria de Justiça de Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão dos Acordos de Não Persecução Penal da referida Comarca, de 20.5.2024 a 20.2.2025.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3175/2024-PGJ, DE 19.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 2702/2024-PGJ, de 3.6.2024, que designou o servidor Samuel Felipe de Azevedo Nass Flores para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3176/2024-PGJ, DE 19.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pablo Ferelli de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 17 a 21.6.2024 e em 24.6.2024, em razão de afastamento do servidor Denis Clebson da Cruz, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3191/2024-PGJ, DE 19.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Rodrigues Duarte, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Sistemas de Informação de 19 a 21.6.2024, em razão de afastamento do titular, Frederick Werner Castellani Viacek.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-572/2024/PJ, DE 24.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Debora Duarte Santana, por meio da Portaria nº e-901/2023-PGJ, de 1.8.2023, que seriam usufruídas de 3 a 12.6.2024, a serem usufruídas de 17 a 26.6.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-701/2024/PJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Debora Duarte Santana, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15.5 a 13.6.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-612/2024/PGJ, DE 3.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-218/2024-PGJ, de 26.2.2024, que concedeu férias à servidora Lenice Mie Joboji, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2024", passe a constar: "ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16 a 25.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-621/2024/PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Jose Carlos Domingos da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.5 a 15.7.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-623/2024/PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Neves Papi, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 26.5 a 24.6.2024, com prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-625/2024/PGJ, DE 17.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Israel Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 29.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-673/2024/PGJ, DE 19.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 21.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-676/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Paulo Barbiero Dorigao, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 8 a 12.4.2024, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 13 a 27.4.2024, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-682/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor(a) Luciana Serraglio Baruffi, referente(s) ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024, de 1º a 10.10.2024 e de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-683/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor(a) Natalia Perroni Pires, referente(s) ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 19 a 28.6.2024, de 29.10 a 7.11.2024 e de 19 a 28.2.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-684/2024/PGJ, DE 20.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor(a) Dan Philippe Carneiro, referente(s) ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.7.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.7 a 7.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-685/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor(a) Ana Paula Leite da Silva, referente(s) ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 29.7 a 7.8.2024 e de 13 a 22.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-686/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Mohamed Santos Ibrahim, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.11.2024 e de 19 a 28.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 14 a 23.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-687/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Adriana Calgaro Gomes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.9.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-688/2024/PGJ, DE 20.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Regina Celia de Araújo Silva, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.2.2025 e de 3 a 12.11.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.2 a 8.3.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-689/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Ezequiel Joaquim da Costa, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.10.2024 e de 24.3 a 2.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 27.8 a 5.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-690/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Fernando Henrique Madureira de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 20.8 a 8.9.2024 e de 18 a 27.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-691/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Julio Cesar Goncalves Vieira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14.5 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-693/2024/PGJ, DE 20.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024 ,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 24.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-694/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024 ,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Zília Franco Godoy, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27 a 29.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-696/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024 ,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jessica Carli de Oliveira, ocupante do cargo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7.6 a 6.7.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-698/2024/PGJ, DE 20.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024 ,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Aydil Carneiro de Souza, ocupante do cargo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 3.6.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-700/2024/PGJ, DE 20.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E : Alterar a Portaria nº e-562/2023-PGJ, de 30.5.2023, que concedeu férias ao servidor Rodrigo Ribeiro Mota, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 25.7 a 3.8.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 15 a 24.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-702/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Camila de Favre Tamaoki Violante, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 18.5 a 14.9.2024, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 18, inciso I, alínea "g", 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003. e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 15.9 a 13.11.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009,

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-566/2024/PGJ, DE 23.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Camila de Favre Tamaoki Violante, por meio da Portaria nº e-103/2024-PGJ, de 29.1.2024, que seriam usufruídas no período de 17 a 26.6.2024, a serem usufruídas no período de 14 a 23.11.2024, em razão de licença-maternidade, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-703/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Elizandra Valladao Delfino de Aguiar, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14.5 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-704/2024/PGJ, DE 21.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Vivian Sheilis Bogger Queiroz, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.5 a 15.6.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132, 136, 144 e 178, inciso VII da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-705/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Millena Alves Ferreira Goncalves de Oliveira, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 21.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-706/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 16.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-707/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Zilia Franco Godoy, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 15 a 17.5.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-708/2024/PGJ, DE 21.6.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria n° e-291/2024-PGJ, de 8.3.2024, que concedeu férias ao servidor Magnum Fischer de Oliveira, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 7 a 26.4.2025", passe a constar: "ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 24.4 a 13.5.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-709/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria n° e-290/2024-PGJ, de 8.3.2024, que concedeu férias à servidora Claudia Lavia Addor Fischer, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 7 a 26.4.2025", passe a constar: "ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 24.4 a 13.5.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-710/2024/PGJ, DE 21.6.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Maria Caroline Lima Madureira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 15 a 24.7.2024, de 11 a 20.9.2024 e de 10 a 19.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei n° 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei n° 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei n° 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR**

PAUTA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE JUNHO DE 2024, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para ciência:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0203/2024/CGMP/MS, de 26.4.2024.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 01/CGMP/2024, publicado no DOMP nº 3.055, de 30/01/2024, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Angélica, Coxim, São Gabriel do Oeste, Pedro Gomes, Rio Verde de Mato Grosso, Rio Negro, Sonora, Maracaju, Porto Murtinho, Corumbá, Ivinhema, Cassilândia, Ponta Porã, Chapadão do Sul e Bela Vista, para conhecimento. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00043823-1*)
- **Ofício nº 0195/2024/CGMP/MS, de 15.4.2023.**
- **Ofício nº 0286/2024/CGMP/MS, de 20.5.2023.**
- **Ofício nº 0320/2024/CGMP/MS, de 12.6.2024.**

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:

- **Ofício nº 12/2024/CPJCrim, de 18.6.2024.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais Gerardo Eriberto de Moraes, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 01/2024, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 21 de fevereiro de 2024. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.0064857-8*)

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:**1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0217/2024/CGMP/MS, de 24.4.2024.**
- **Ofício nº 0243/2024/CGMP/MS, de 8.5.2024.**
- **Ofício nº 0247/2024/CGMP/MS, de 14.5.2024.**
- **Ofício nº 0275/2024/CGMP/MS, de 16.5.2024.**
- **Ofício nº 0293/2024/CGMP/MS, de 23.5.2024.**
- **Ofício nº 0295/2024/CGMP/MS, de 23.5.2024.**
- **Ofício nº 0299/2024/CGMP/MS, de 29.5.2024.**

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- **Ofício nº 0068/2024/02PJ/FSU, de 3.4.2024.**

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- **Ofício nº 0136/2024/01PJ/CRP, de 16.4.2024.**

3. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- **Ofício nº 0283/2024/PJ/RVG, de 11.6.2024.**



7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:

1. **Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004461-2**

Requerente: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Assunto: Constituição de Comissão Especial para análise da Resolução nº 01/2022-CSMP às disposições da Resolução nº 280, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público.

2. **Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00002964-4**

Requerente: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitoral

Assunto: Proposta de Enunciado acompanhado de redação, relativo ao prazo de conclusão de inquérito civil para apuração de atos de improbidade e as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa.

Conselheiro Relator Evaldo Borges Rodrigues da Costa

3. **Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002898-1**

Requerente: Promotor de Justiça Marcos André Sant'ana Cardoso

Assunto: Encaminha o trabalho de conclusão final do curso de mestrado apresentado no College of Law da Universidade de Syracuse, o trabalho foi intitulado: Race and law: issues of racial discrimination in Brazil and the United States.

Conselheira Relatora Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

4. **Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00004187-0**

Requerente: Promotor de Justiça Élcio Félix D'Angelo

Assunto: Pedido de licença para frequentar Fase Presencial do 67º Estágio de Inteligência para Órgãos Cíveis (67º EEIOC).

Conselheiro Relator Rogério Augusto Calábria de Araújo

5. **Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00006458-5**

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça

Assunto: Análise da resolução que dispõe sobre o regulamento do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 012/CONV-MPMS/2024 ENTRE MPMS, UFMS E AGEPEN

Processo: 09.2024.00003439-1

Partes:

1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Romão Avila Milhan Junior**;

2 – **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Magnífico Reitor, **Marcelo Augusto Santos Turine**.

3 - **AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**, representada por seu Diretor-Presidente, **Rodrigo Rossi Maiorchini**.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Manifestar interesse no desenvolvimento futuro de ações conjuntas de cooperação técnico-científica e o intercâmbio acadêmico, científico, técnico e cultural internacional e interuniversitário, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização docente, discente e técnica, bem como ao desenvolvimento institucional entre a UFMS, o MPMS e a AGEPEN, nas áreas de atuação e interesses comuns, respeitadas as legislações específicas de cada partícipe e que regulem a matéria, para o desenvolvimento dos futuros ajustes, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 21.06.2024 a 21.06.2025.

Data da assinatura: 21 de junho de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 24/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil n: 06.2024.00000580-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Luiz Antônio Hortêncio.

Objeto: Apurar a adequação jurídico-ambiental da Fazenda Boa Vista, considerando o teor do Comunicado n. 064/2024/GFAV-UC e Notificação n. 13238, expedidos pela SEMADUR – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Campo Grande, 21 de Junho de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**APARECIDA DO TABOADO****EDITAL 001/2024/01PJ/ATD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Aparecida do Taboado-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida dos Estudantes, 3120 - Jardim Primavera, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000563-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar eventuais irregularidades oriundas do procedimento licitatório nº 11/2023, que tem como objeto a revitalização da praça da matriz de Aparecida do Taboado/MS.

Aparecida do Taboado/MS, 21 de junho de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça



CAMAPUÃ

EDITAL N. 4/2024/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2024.00000500-8, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2024.00000500-8.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Camapuã

Nível de sigilo: Público

Assunto: *Apurar eventual omissão da Câmara Municipal de Camapuã em realizar concurso público, conforme recomendação do TCE-MS.*

Camapuã - MS, 19 de junho de 2024.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

CORONEL SAPUCAIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900110-47.2024.8.12.0058, em que constam como investigado(a/s) C.S. e vítima (s) M.C., conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito Policial em virtude da ausência de indícios da ocorrência de crime (falta de justa causa para a promoção da ação penal), com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos.

Coronel Sapucaia (MS), 21 de junho de 2024.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça em substituição

CORUMBÁ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0900925-34.2023.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2023.00126337-2, em que constam como investigado(a/s) Claudiana de Oliveira e Everaldo Souza dos Santos e vítima(s) Jonas de Oliveira, conforme se transcreve: "*ANTE O EXPOSTO*, fundamentalmente por entender ausente justa causa à ação penal, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito".

Corumbá/MS, 20 de junho de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,

Promotor de Justiça.

¹ "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900597-07.2023.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2023.00102938-0, em que constam como investigado(a/s) "a apurar" e vítima(s) *Ruddy Edil Sandoval Suarez*, conforme se transcreve: "ANTE O EXPOSTO, fundamentalmente por inexistir indícios de autoria, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento do presente inquérito policial".

Corumbá/MS, 20 de junho de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0032/2024/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1880, Centro, CEP 79331-110, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000416-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: MSPEC - Empresa Pantaneira de Agropecuária LTDA

Assunto: "Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão a corte raso de 158,513 hectares, integrante do Bioma Pantanal, na Fazenda Boi Branco - Parte 1, em Corumbá/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto Infração n. 013520/2023 e Laudo de Constatação n. 017151/2023".

Corumbá/MS, 19 de junho de 2024.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

INOCÊNCIA

EDITAL N. 07/2024

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS, torna público o Procedimento Preparatório nº 06.2024.0000498-6, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, nº 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000498-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Loreta Maria da Silva Silveira e Silveira e Rosimeire Armelinda de Souza Silva.

Assunto: Apurar possível desmatamento ilegal ocorrido na Estância Filhos da Amélia, de propriedade das requeridas, neste município de Inocência/MS.

Inocência, 20 de junho de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotora de Justiça em Substituição Legal



IVINHEMA

EDITAL Nº 004/2024/02PJ/IVH

Inquérito Civil nº 06.2024.00000670-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissária: Areeira Ceu Celeste e Urbanização EIRELI

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e Areeira Ceu Celeste e Urbanização EIRELI, em 17/06/2024, tendo por objeto as obrigações que a compromissária assume consistentes em realizar a recuperação das áreas degradadas, localizada na propriedade denominada Chácara Sonho de Menino, localizada no município de Ivinhema/MS, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 3442-1590

Ivinhema/MS, 20 junho de 2024

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 005/2024/02PJ/IVH

Inquérito Civil nº 06.2023.00001037-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: João Celso Pereira da Luz

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e João Celso Pereira da Luz, em 17/06/2024, tendo por objeto as obrigações que a compromissário assume consistentes em atender tempestivamente todas as exigências formuladas pelo órgão ambiental como condicionantes para a realização de processos de queimadas, na propriedade denominada Sítio da Luz, localizada no município de Novo Horizonte do Sul/MS, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 3442-1590

Ivinhema/MS, 20 de junho de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 006/2024/02PJ/IVH

Inquérito Civil nº 06.2023.00001040-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissário: Jorge José de Jesus

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Ivinhema/MS e Jorge José de Jesus representado pelo seu procurador, Sr. Gustavo Roberto Ferreira do Couto, OAB n. (9.2024) em 17/06/2024, tendo por objeto as obrigações que o compromissária assume consistentes em realizar a recuperação das áreas degradadas, localizada na propriedade denominada Sítio São Jorge, localizada no município de Novo Horizonte do Sul, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico www.mpms.mp.br, bem como na Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, localizada na Praça dos Poderes, nº 900, Centro, Cep: 79.740-000, Telefone (67) 3442-1590

Ivinhema/MS, 20 de junho de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL N.: 007/2024/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00006675-0 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590 ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00006675-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Areeira Ceu Celeste e Urbanização EIRELI

Objeto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2023.00000670-3

Ivinhema/MS, 20 de junho de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL N.: 008/2024/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00006678-3 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590 ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00006678-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: João Celso Pereira da Luz

Objeto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2023.00001037-3

Ivinhema/MS, 20 de junho de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

EDITAL N.: 009/2024/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00006680-6 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590 ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n. 09.2024.00006680-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Jorge José de Jesus

Objeto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n.º 06.2023.00001040-7.

Ivinhema/MS, 20 de junho de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça



MARACAJU

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a investigada Marcileide Silva de Souza, da decisão de arquivamento do Inquérito Policial, autos n. 08.2022.00204481-8/0002316-65.2022.8.12.0014, em que constam como investigada Marcileide Silva de Souza e vítima Jane da Silva Gabriel, conforme se transcreve:

"Diante do exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul requer o arquivamento dos autos do inquérito policial em razão da ausência de elementos mínimos de materialidade, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. "

Maracaju-MS, 21 de junho de 2024.

Paulo Leonardo de Faria
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0024/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001170-6 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema, bem como no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001170-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Antônio João

Assunto: Apurar eventuais situações de nepotismo ocorridas através da contratação de professores que seriam parentes da Diretora da Escola Municipal Tupã, no município de Município de Antônio João.

Ponta Porã/MS, 20 de junho de 2024

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS
Promotor de Justiça em coadjuvação

EDITAL Nº 0025/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000491-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000491-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Câmara Municipal de Vereadores de Aral Moreira/MS

Assunto: Apurar potencial irregularidade dos repasses de verbas da Câmara Municipal de Aral Moreira/MS à União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul – UCVMS.

Ponta Porã/MS, 20 de junho de 2024

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS
Promotor de Justiça em coadjuvação



EDITAL N 0006/2024

NOTÍCIA DE FATO N 01.2024.00005130-2

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0006/2024, referentes aos documentos da 3ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 19 de junho de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE
Promotora de Justiça
Supervisão das Promotorias de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0006/2024

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
Classe- 200-Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações; Classe-200-Comunicações de flagrante Classe-200- Relação de remessa de documentos;(copias) Classe-100-Diligências: mandados de averiguação, intimação e notificação Classe-100-Audiencia extrajudicial: ata de audiência, termo de audiência Classe-100-Pautas: atas, termo de audiências, termos de oitiva Classe-000.060.061-1-Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo Classe-000-060-Documentos avulso: aquele que não será juntado ou autuado a nenhum processo ou procedimento.		Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.	2018	2021
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo Data do preenchimento: 12/06/2024				

**EDITAL Nº 0026/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000408-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000408-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Wilson Oliveira Carvalho

Assunto: Apurar eventual prática de ato doloso de improbidade administrativa que causou dano ao erário do Município de Aral Moreira, decorrente do recolhimento a maior de contribuição previdenciária dos servidores públicos, detectado pela Inspeção Ordinária nº. 066/2008, do Tribunal de Contas Estadual.

Ponta Porã/MS, 20 de junho de 2024

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça em coadjuvação

RIO BRILHANTE

EDITAL

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001311-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requeridos: Gilsimar Alves de Matos Barros e Miqueli de Almeida Barros Matos.

Assunto: apurar ato ilícito praticado pelos então servidores públicos municipais Gilsimar Alves de Matos Barros e Miqueli de Almeida Barros Matos em prejuízo ao erário, conforme descrito no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2023 da Prefeitura Municipal de Rio Brilhante/MS.

Rio Brilhante, 20 de junho de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000447-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Agrodinâmica Comércio e Representações Ltda.

Assunto: apurar irregularidade relacionada à venda de agrotóxico fora do prazo de validade, conforme narrado nos Autos de Infração Iagro nº 24989-U e 24984-U".

Rio Brilhante, 20 de junho de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

**EDITAL**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000279-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Delta Biocombustíveis Indústria e Comércio Ltda.

Assunto: apurar dano aos consumidores decorrente da comercialização de produto em desacordo com as especificações estabelecidas na legislação vigente por empresa produtora de biocombustível, conforme auto de infração da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Rio Brilhante, 20 de junho de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS torna pública a instauração de inquérito civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante/MS, bem como pode ser acessado no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001291-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar eventual dano ao erário em decorrência da aquisição de usina de asfalto pelo Município de Rio Brilhante/MS.

Rio Brilhante, 20 de junho de 2024.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

RIO NEGRO**EDITAL N.º 0016/2023/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000484-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joares Aparecido Sanches.

Assunto: Apurar possível desmatamento em área de preservação permanente na Fazenda Maná, localizada zona rural de Rochedo.

Rio Negro, 24 de novembro de 2023.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça